

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CORUMBÁ - MS

**EDITAL LEILÃO**

O Dr. DANIEL SCARAMELLA MOREIRA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e na forma do Art. 883 e seguintes do Código de Processo Civil, Resolução nº 236, de 13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça Civil e Provimentos nº 211/2010 e Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, ambos do CSM/TJMS

FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº **0801980-56.2016.8.12.0008** da Ação de Execução de Título Extrajudicial, onde figura(m) Banco do Brasil S/A como parte autora e Comercial Badere LTDA EPP como parte requerida, todos devidamente qualificados nos referidos autos, que por intermédio do portal [www.leiloesonlinems.com.br](http://www.leiloesonlinems.com.br), o leiloeiro judicial nomeado, Sr. GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA – MAT. 26, CPF: 614.552.531-20, levará a público pregão de venda e arrematação dos bens abaixo descrito (s), conforme condições de venda descritas no campo específico deste edital.

**DOS PRIMEIRO E SEGUNDO PREGÕES**

**No primeiro pregão**, com início no primeiro dia subsequente ao da certidão de afixação do edital em local de ampla publicidade, às 17:00 horas (horário de Brasília), e término no dia 10 de junho de 2019, às 17:00 horas (horário de Brasília), ocasião em que entregar-se-á o bem a quem der e melhor lance oferecer em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na primeira praça, **um segundo pregão** seguir-se-á, sem interrupção, e término no dia 17 de junho de 2019. Às 17:00 horas (horário de Brasília), ocasião em que os bens serão, entregue (s) a quem mais der e melhor lance oferecer, não sendo aceito lance inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação, e desde que, atendidas todas as demais regras legais e esculpidas neste edital.

**DESCRIÇÃO DOS BENS:**

- 1) Um aparelho de ar condicionado, marca Premium, de 18.000BTUs, tipo Split, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 2) Um aparelho de ar condicionado, de 12.000 BTUs, marca Consul, tipo Split, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 3) Um Televisor LCD de 22 polegadas, marca LG, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 4) Um televisor de 20 polegadas, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 5) Uma Máquina de Lavar Roupas, com capacidade de 15 Kg., marca Electrolux, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 6) Os direitos que a empresa executada COMERCIAL BADERE LTDA EPP possui sobre o veículo marca Volkswagen, modelo Nova Saveiro CE, cor prata, placa NSD3664, Chassi 9BWL05U7EP024433, ano de fabricação 2013, ano do modelo 2014, em bom estado de conservação e funcionando, com alienação fiduciária ao Banco do Brasil S/A;
- 7) Um aparelho conjugado de DVD e VHS, marca LG, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 8) Um aparelho de ar condicionado, marca Panasonic, tipo Split, de 18.000BTUs, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 9) Um televisor, de 32 polegadas, marca de LG, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 10) Um televisor, de 32 polegadas, marca STI, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 11) Um forno de micro-ondas, marca Panasonic, tamanho médio, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 12) Uma máquina de lavar roupas, de 15,2 Kg, marca Electrolux, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 13) Um aparelho de ar condicionado, marca Consul, de 10.000BTUs, em bom estado de conservação e funcionamento;

- 14) Um aparelho de ar condicionado, de 12.000BTUs, marca Electrolux, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 15) Um televisor de LCD, de 32 polegadas, marca LG, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 16) Um microcomputador, modelo All-in-one, com processador Intel Atom e monitor 18 polegadas LCD, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 17) Um televisor de LCD, de 32 polegadas, marca LG, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 18) Um DVD Player Philips, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 19) Um aparelho de ar condicionado, de 10.000 BTUs, marca Electrolux, tipo de janela, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 20) Um Home Theater, marca LG, com seis caixas de som, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 21) Uma impressora, marca HP, modelo P1102W, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 22) Um microcomputador, modelo All-in-one, marca HP, com processador Pentium e monitor 21.5 polegadas, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 23) Um aparelho de ar condicionado, marca Electrolux, de 18.000BTUs, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 24) Um Freezer, marca Consul, com capacidade, 310 Litros, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 25) Uma máquina de lavar roupas, marca Consul, de 10 Kg, em bom estado de conservação e funcionamento;
- 26) Um forno, micro-ondas, com capacidade para 18L, em bom estado de conservação;
- 27) Um aparelho de ar condicionado, marca Panasonic, tipo Split, de 18.000BTUs, em bom estado de conservação e funcionamento.

#### **AVALIAÇÃO:**

Respectivamente, conforme descrição dos bens relacionados acima.

- 1).....R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)
- 2).....R\$ 900,00 (novecentos reais)
- 3).....R\$ 300,00 (trezentos reais)
- 4).....R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
- 5).....R\$ 900,00 (novecentos reais)
- 6).....R\$ 34.482,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais)
- 7).....R\$ 100,00 (cem reais)
- 8).....R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)
- 9).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 10).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 11).....R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)
- 12).....R\$ 900,00 (novecentos reais)
- 13).....R\$ 600,00 (seiscentos reais)
- 14).....R\$ 900,00 (novecentos reais)
- 15).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 16).....R\$ 600,00 (seiscentos reais)
- 17).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 18).....R\$ 90,00 (noventa reais)
- 19).....R\$ 600,00 (seiscentos reais)
- 20).....R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
- 21).....R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
- 22).....R\$ 700,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 23).....R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)
- 24).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 25).....R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
- 26).....R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)
- 27).....R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais)

#### **ÔNUS:**

Sobre o veículo, alienação fiduciária ao Banco do Brasil S/A.

**DÉBITOS DE IMPOSTOS:**

Não constam informações de débitos fiscais pendentes sobre o bem, contudo, desde já assevera-se que, conforme art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, o crédito tributário relativo aos impostos cujo fato gerador envolva o bem objeto da arrematação, se sub-rogará sobre o respectivo preço.

**AÇÕES CÍVEIS:**

**Corumbá:** 3ª Vara Cível. Processo: 0801980-56.2016.8.12.0008. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 19/05/2016. Exepte: Banco do Brasil S/A; 2ª Vara Cível. Processo: 0803070-02.2016.8.12.0008 (Julgado). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Contratos Bancários. Data: 16/08/2016. Reqte: Banco do Brasil S/A; 2ª Vara Cível. Processo: 0803404-70.2015.8.12.0008. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 02/09/2015. Exepte: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo; 3ª Vara Cível. Processo: 0800388-11.2015.8.12.0008 (Suspensão). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Alienação Fiduciária. Data: 11/02/2015. Reqte: Aymoré Crédito, Financiamentos e Investimentos S/A; 3ª Vara Cível. Processo: 0802580-14.2015.8.12.0006. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cédula de Crédito Bancário. Data: 02/07/2015. Exepte: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo; 2ª Vara Cível. Processo: 0800241-61.2015.8.12.0015 (Suspensão). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 24/09/2015. Exepte: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo; 2ª Vara Cível. Processo: 0800933.81.2015.8.12.0008. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Perdas e Danos. Data: 30/03/2015. Reqte: Banco Bradesco S/A; Juizado Especial Cível e Criminal. Processo: 0802412-75.2016.8.12.0008. Cumprimento de sentença. Assunto: Cheque. Data: 26/06/2016. Exepte: Terezinha Baruki; 3ª Vara Cível. Processo: 0803435-90.2015.8.12.0008 (Suspensão). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 04/09/2015. Exepte: I.U.I.; 3ª Vara Cível. Processo: 0805246-17.2017.8.12.0008. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 21/07/2017. Exepte: Banco Bradesco S/A; 2ª Vara Cível. Processo: 0800116-46.2017.8.12.0008 (Julgado). Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Contratos Bancários. Data: 18/01/2017. Reqte: Banco do Brasil S/A; 3ª Vara Cível. Processo: 0800861-94.2015.8.12.0008. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 25/03/2015. Exepte: HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo; 3ª Vara Cível. Processo: 0800643-32.2016.8.12.0008 (Suspensão). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Pagamento. Data: 25/02/2016. Exepte: Sleiman Ale Escandar; 3ª Vara Cível. Processo 0802470-15.2015.8.12.0009. Ação: Execução do Título Extrajudicial. Assunto: Alienação Fiduciária. Data: 23/06/2015. Reqte. HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo.

**DA INTIMAÇÃO:**

Pelo presente edital ficam devidamente intimados a parte executada, fiel depositário, cônjuge, se for casado, sucessores, intervenientes, garantidores fiadores, avalistas, herdeiros, os garantidos por hipoteca, credores de qualquer espécie, e demais arrolados no processo que não sejam parte na execução, porém, com garantia real ou penhora anteriormente averbada – Art. 889, do Código de Processo Civil

**DO PAGAMENTO:**

Na hipótese de arrematação, o arrematante deverá pagar a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante transferência ou depósito bancários diretamente na conta corrente nº 48924-7, da Agência nº 5246-9, do Banco Bradesco, de titularidade de Leilões On Line MS Ltda. ME – CNPJ nº 27.838.438/0001-08.

Em relação ao bem arrematado, deverá depositar o valor do lance vencedor diretamente nos autos do processo acima referido, na SUBCONTA Nº 551636, através da guia de depósito própria, que deverá ser obtida no Site do Tribunal de Justiça do MS.

**CONDIÇÕES DE VENDA:**

1 -Os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas

- designadas para a alienação judicial eletrônica (Art. 18 do Prov. nº 375/2016 – CSM/TJMS);
- 1.1 -O pregão está regido pelas disposições do Art.886 e seus incisos, do Código de Processo Civil;
- 2 -O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;
- 3 -Não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do lote em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 4 -Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação, sendo considerados vis lances inferiores (art. 891, CPC e art.25 parágrafo único, Prov. nº 375/2016 – CSM/TJMS);
- 5 -Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 5.1- Durante o curso do leilão e antes do encerramento, pela preservação da transparência do certame caso ocorra; intercorrência, mudança, suspensão ou variação que no sistema eletrônico online, disponibilizado em rede mundial de computadores, que influencie na dinâmica regular do processo licitatório em andamento, poderá o leiloeiro interromper, restabelecer com prorrogação de tempo, cientificando o Juízo do ocorrido e fazendo constar da ATA DE LEILÃO;
- 6 -Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial [www.leiloesonline.com.br](http://www.leiloesonline.com.br) e imediatamente divulgados on-line a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 7-O interessado poderá adquirir o bem penhorado somente para **pagamento à VISTA**;
- 7.1 -O leiloeiro se obriga dar conhecimento durante o certame das demais condições de que trata o pagamento dos bens apreçados;
- 8 -A comissão devida ao leiloeiro, pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação;
- 8.1- Se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda do bem, poderá ser deduzida do produto da arrematação (Art. 10, § 4o do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 8.2 – Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma;
- 8.3 - Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 8.4 - Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior à publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital.
- 8.5 - No caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado, remissão ou a realização de acordo, após a inclusão do bem em hasta, será devida a comissão de 5% (cinco por cento) do valor do débito, a cargo do executado (art. 10, do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 9 - Homologado o lance vencedor, o leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 10 - O pagamento deverá ser realizado pelo arrematante em até 48 (quarenta e oito) horas, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa;
- 11- Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juízo, na forma do art. 895, §§ 4o e 5o, art. 896, § 2o, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

12 – O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2o, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

13 - A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto de arrematação pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS). **DA TRADIÇÃO DOS BENS:**

14 – Desfeita a arrematação pelo Juiz por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e a comissão do Leiloeiro Judicial;

15 - Correrão por conta do arrematante as despesas e demais encargos relativos à remoção dos bens arrematados;

16 – Que os créditos tributários relativos aos impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente. (CTN – Art.130 § único).

#### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:**

1 -A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior aos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias. (Art. 24, LEF).

2 - As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC ,Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP;

3 - O leiloeiro público, o Tribunal de Justiça do Estado e o Estado de Mato Grosso do Sul não se enquadram na condição de corretores, intermediários; sendo o primeiro mero mandatário. Assim sendo, ficam eximidos de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir em relação ao bem leiloado, nos termos do – Art.º 448 do Código Civil Brasileiro.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** No escritório do Leiloeiro Judicial, Senhor, GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA – Mat. 26, localizado na Avenida João Lemos de Rezende, nº 596 – Jardim Itamaracá, cidade de Campo Grande/MS ou ainda, pelos telefones (67) 3388-0216, e no site [www.leiloesonline.ms.com.br](http://www.leiloesonline.ms.com.br) serão dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes deste certame, inclusive no tocante as condições e regras constantes do edital.

E para que cheguem ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou a expedição deste edital que será publicado e afixado na forma da lei.

Corumbá/MS, 29 de abril de 2019

Dr. Daniel Scaramella Moreira  
Juiz de Direito Titular